

## O ABORTO, PERSPECTIVA ÉTICA

Conferência proferida pelo Pe. Vasco Pinto de Magalhães S.J., em 11 de Novembro de 2006, no Seminário de Vilar, no âmbito das Jornadas promovidas pelo Sector I, das ENS - Porto.

### DEBATE SOBRE O ABORTO

Em busca de uma atitude e uma argumentação crítica:

Esta não é uma questão, primariamente, religiosa (nem tão pouco católica), mas humana; uma questão ética que diz respeito a todos, para lá das opções religiosas. É uma questão prévia às indicações religiosas sobre a matéria.

Convém entendermo-nos sem engano de linguagem. "Ab-ortus" (não nascido) diz respeito ao filho, enquanto Interrupção Voluntária da Gravidez diz respeito, primariamente, à mãe. E do que se trata, é de interromper uma vida, a do filho... se não, nem havia problema!

Importa ser muito sensível e atento às situações, por vezes dramáticas, a que uma mulher pode ser sujeita por ocasião de uma gravidez; por abandono, pressões várias, medos, minoridade, convicções de não ter condições, etc. é urgente e de justiça querer, honestamente, encontrar saídas: sociais, psicológicas e económicas. E isso compete a todos e não pode ser adiado.

Mas igualmente se deve ser sensível e rigoroso quanto ao direito à vida, já existente; bem como à não existência de *direito sobre a vida do outro*, por mais embrionária que seja.

Importa, também, não iludir como teoria, mas, pelo contrário, sublinhar (*e eu sei-o por acompanhar casos concretos*) como a vivência do aborto deixa na mulher normal, marcas negativas indeléveis. Repugnâncias, culpabilidades complexas por vezes mascaradas até de formas de militância abortista (fugas em frente que tentem calar a consciência), depressões, dificuldades de futura gravidez, mesmo que não tenha ficado gravemente lesado o seu útero, o que aliás, por vezes acontece.

Não se podem desprezar dificuldades económicas e sociais para educar um (ou mais) filho(s) "não desejado(s)"; ameaças e chantagens de "maridos", como o abandono e a difamação; pressões sociais de perda de emprego; e outras situações sociais e culturais precárias. Mas os problemas sociais, económicos e culturais resolvem-se social, cultural e economicamente... e não matando gente. A História demonstra à sociedade como matar (eliminar indesejáveis de raça, deficiência, etnia, doença ou pobreza não só não resolveu nada, com se virou contra os prepotentes).

É claro que todos dirão que "ninguém é a favor do aborto", mas que há casos em que é preciso ser compreensivo! "Não se pode impor pesos desumanos à mãe" e deve-se ser tolerante!... Mas não haverá alternativas? É bom de ver que a "solução" do aborto é a mais rápida e a mais barata, e a menos solidária. É mais complexo, caro e envolvente arranjar condições económicas, subsídios, casa, empregos, apoios psicológicos, escolas especiais, mecanismos de adopção. Matar é mais rápido e ninguém, para além da mãe e da clínica, higienicamente preparada, tem de se incomodar...

Dizer que isto é utopia, ou que se irá tratando disso a longo prazo, mas a urgência dos casos leva a legalizar já, é uma desculpa falaciosa; pois uma vez que se "possa" abortar limpamente legalmente, já ninguém vai pensar mais nessas questões.

Dir-se-á também que não é legalizar, mas *despenalizar*... e há que ser tolerante... e compreensivo com o direito da mãe ao seu "corpo". Dirão mesmo alguns que não é certo que o feto seja pessoa. Começa então aqui uma outra série de distinções e argumentos...

*Direito ao seu corpo.* Não é um direito absoluto. Mesmo que não haja outra pessoa implicada, isso tem limites: não se pode invocar sem mais esse direito de para se mutilar, suicidar... E se há outros "perto", é claro que o meu direito termina ou é condicionado pelo direito do outro. A minha liberdade de esticar o punho termina logo antes da cara do outro. Por mais ligação que haja, o feto, o bebé não é corpo da mãe: até é por isso que é possível abortar!

"Ser tolerante" é bem diferente de ser permissivo.

"Despenalizar" não significa dizer que é lícito, nem que deixou de se matar ou tirar a vida a outro. Não se criminalizar é compreender situações cujos condicionalismos podem mudar a sua moralidade, mas não pode ser facilitar nem aprovar, como adviria de uma legalização. Aliás, despenalizar para uns casos significará, sempre, penalizar para outros. Por exemplo: até às X semanas pode-se abortar. Qual seria a razão séria para dizer que às X+1 já não se pode?:

"O feto não é pessoa". "Pessoa" no sentido ontológico e antropológico é bem diferente de "pessoa jurídica". É verdade que o feto não pode ainda fazer transacções em nome próprio. Mas até pode herdar! No sentido profundo, ser Pessoa é um processo nunca acabado próprio de "um sujeito autónomo de relação". E isso o feto é e até dá sinais.

Um tecido de células vivas ou *um organismo vital* em desenvolvimento? Diz-se: o que está na barriga da mãe não passa de um conjunto de células vivas, como tantas outras, "tudo é vida" e "a mulher está sempre a perder células vivas..." Mas há uma diferença substancial entre uma célula viva que por si nunca será mais do que isso e um organismo ou ser vivo que, sem precisar mais do que desenvolvimento, pode crescer, reproduzir-se e morrer.

Voltando à ideia de que não se pretende legalizar, mas despenalizar as mães até às dez semanas, deve-se observar que:

- se despenalizo até às dez semanas, fico obrigado a penalizar a partir das dez semanas e um dia, sob pena de não fazer sentido qualquer prazo;

- terei de responder à questão de qual é a diferença real entre as dez, as onze ou outro tempo qualquer: A mãe está grávida e aflita de igual ou pior modo, se for mais tarde; o filho, o feto, é que terá categoria diferente a partir das dez semanas? Qual?;

- alguns propuseram a diferença a partir do tronco cerebral ou de antes ou depois de o electroencefalograma dar sinais. Mas antes de começar a produzir esses sinais não está lá tudo o que é preciso para os vir a dar?

E será que de uma criança que ainda não fala, por exemplo, se pode concluir que é muda? Porque ainda não respira sozinha está morta?

Assim, a questão das semanas é meramente emocional e não tem, rigorosamente, nada de científico. A questão da tolerância até às X implica uma injustificada intolerância com as outras situações. E a lei perde a função dissuasora e pedagógica. Esta discussão só faria sentido se se encontrasse uma situação real que trouxesse ao ovo constituído alguma novidade e não só o seu desenvolvimento.

**Assim, deve ser dito frontalmente que:**

Uma sociedade abortista é violenta, reaccionária, machista e banalizadora.

Violenta e discriminatória quanto ao direito à vida e, portanto, sem futuro.

Mostra uma atitude *burguesa-demissiva*, no pior sentido, pois não trata das questões de fundo, mas põe o pragmatismo ao serviço dos mais fortes, de modo disfarçado, porque ao criar condições para "abortar em condições", estou a evitar ter de criar condições sociais para todos poderem ter os filhos com dignidade e usufruírem dos apoios socioeconómicos de que necessitarem.

Revela também um domínio *machista*, porque ainda mais facilmente os "pais", os homens podem ficar de fora, sem ter de se responsabilizar na gestação nem de ter cuidado no engravidar. Passa a ser uma questão "que elas podem resolver" e dá ao homem "um quase direito" de ainda mais prepotentemente "exigir" que a mulher o faça - até é legal! E, repito, essa facilitação desmotiva o homem (e a mulher) de se precaver na relação, porque "depois, ela pode abortar". Aliás, gera na rapariga/mulher um ambiente subliminar de facilitismo, ajudando a uma atitude de descuido na relação... "porque se for preciso, aborta-se". Veja-se o que acontece desde que se tornou acessível, a qualquer, a pílula do dia seguinte.

Uma sociedade promotora de menos exigência moral e *banalização* das relações sexuais, rapidamente desrespeita a vida. E vice-versa . . .